

A fábrica de asfalto mora ao lado

Ibama contesta parecer de técnico e embarga obra de pavimentação da Vila Basevi

Marcos Brandão

Carolina Vicentin

Falta de pavimentação a menos de 50 metros de duas fábricas de asfalto. Essa é a realidade dos 3,5 mil moradores da Vila Basevi, na entrada do Lago Oeste. Em agosto deste ano, o governador José Roberto Arruda autorizou a pavimentação da principal via do local, a AR1. Dez dias depois, porém, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) embargou a obra, com o argumento de que o asfalto só poderia ser colocado após a realização de um estudo de impacto ambiental.

A área onde está a vila pertence à Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU/DF) e está rodeada pela Reserva Biológica da Contagem. A cerca de 1,5 quilômetros da comunidade fica o Ribeirão da Contagem, que abastece a população de Sobradinho. O presidente da Associação de Moradores da vila, Reinaldo Falcão, afirma que há gente na Basevi desde a construção de Brasília.

Emergência

A pavimentação prometida por Arruda se estenderia por 2,5 quilômetros, desde a DF-001 até as fábricas de asfalto. Falcão afirma que há oficinas da GRPU/DF e da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb) que dão parecer favorável à obra. O presidente da associação apresenta, ainda, um documento de um analista ambiental do próprio Ibama recomendando o asfaltamento da área.

Conforme este parecer, a inclinação do terreno ajuda a provocar o assoreamento do ribeirão.

O analista Paulo Amozir conclui o documento ressaltando que o processo de licenciamento ambiental é moroso e a pavimentação deveria ser feita em caráter emergencial.

Para o presidente da Associação de Moradores, o Ibama dá prioridade aos animais em detrimento dos habitantes da vila. Falcão afirma que a comunidade não tem condições de bancar um estudo de impacto ambiental, que custa, no mínimo, R\$ 200 mil.

— Temos duas fábricas que produzem asfalto para toda a cidade e nós sofremos com a poeira. O Ibama está tão insensível que não se preocupa se vai faltar água para os moradores de Sobradinho — reclama.

Falcão questiona também a existência de asfalto em áreas que estariam dentro da Reserva Biológica da Contagem. Há pavimentação em um condomínio próximo à vila, o Mansões Colorado, e também dentro do Parque da Água Mineral.

— Lá eles deixaram colocar o asfalto para ligar a estrada à três casas. E aqui nós somos em 3,5 mil e não temos esse luxo — indigna-se.

O presidente estima que há cerca de 300 carros na comunidade. Falcão ressalta que a inexistência do pavimento afasta motoristas do transporte público e fornecedores de mercadorias para os comerciantes locais.

— Quando chove e a estrada fica pior, o ônibus deixa os moradores lá na rodovia e eles têm que vir andando no escuro — diz.

Outro problema é a falta de iluminação pública na via que liga a DF 001 à Basevi. Falcão conta que a Companhia Energética de Brasília (CEB) instalou os postes, mas a luz



SELITA aponta para a lama na via de acesso à Vila Basevi e reclama do descaso com a comunidade

não foi ligada até agora. A assessoria da CEB informa que os postes servem apenas para receber a rede área de fios. Ainda segundo a CEB, o projeto de iluminação está pronto, mas não há previsão para a chegada da energia no trecho.

Revolta

A revolta dos moradores aumentou ainda mais no início deste ano. Uma empresa de leilões alugou parte do terreno onde está a vila para funcionar como depósito de veículos. No local, de cerca de 20 mil metros quadrados, há carros novos, velhos e batidos. Falcão afirma ter co-

municado o superintendente do Ibama no DF, Francisco Palhares, sobre a situação.

— Esses carros também devem estar poluindo o meio ambiente. Afinal, muitos estão com vazamento de óleo e outras substâncias. A chegada desse estacionamento só fez piorar o estado da estrada. As cegonheiras passam e vão cavando ainda mais os buracos — denuncia.

Palhares afirma desconhecer a existência do depósito. O superintendente admitiu que a permanência dos veículos contribui para a degradação no meio ambiente. Segundo Palhares, a fiscalização será

acionada para verificar possíveis irregularidades.

— As pessoas não podem se confundir. Não é porque alguém faz algo de errado que todos têm de fazer o mesmo — comentou.

Sobre as fábricas de asfalto, Palhares esclarece que já estavam na região antes da criação da reserva. O superintendente também questiona o parecer do analista ambiental Paulo Amozir. Palhares diz que o documento foi feito em benefício próprio, pois Amozir seria morador da vila.

— A licença só será concedida se for feito um estudo de impacto ambiental — avisa Palhares